

Breve retrospectiva ao historial de relacionamento entre a Igreja Católica e o Estado em Mocambique

Intervenção de Benedito Marime
na V Conferência Internacional do IESE,
sobre Desafios da Investigação Social
em tempos de crise

Maputo, 21 de Setembro de 2017

Saudação

- Agradeço à Direcção do IESE haver-me convidado a participar na presente conferência, bem como a surpresa de me pedir que eu aqui viesse a falar do tema que se segue.
- Importa dizer que não sou académico, mas um vulgar homem de rua, pelo que o que aqui de mim vão ouvir situa-se, exactamente, a esse nível – vou falar de como vi ou li que as coisas se tivessem passado, deixando aos especialistas fazerem a correspondente interpretação, para a servirem à Sociedade, como é de sua vocação.

- **Como tem decorrido a relação Igreja Católica vs Estado no nosso País, ontem e hoje?**

Primeiro contacto, primeiro equívoco

- A Igreja Católica chegou a Moçambique nas naus de Vasco da Gama, apontando-se como data desse facto o dia 11 de Março de 1498. Nessa data, na Ilha de São Jorge, frente à Ilha de Moçambique, foi celebrada a primeira Missa em território moçambicano.
- Por causa desta boleia dada por Vasco da Gama, não tem faltado, ao longo dos tempos, quem veja a Igreja Católica em Moçambique como unha e carne com os interesses que o almirante português representa para a História de Moçambique.

Esclarecendo o equívoco

- O desenrolar da penetração portuguesa em Moçambique e da subsequente colonização, com a Igreja Católica presente, pareceriam corroborar essa tese, não fora o regresso das caravelas de Vasco da Gama a Portugal, em 1498, sem que nelas tivesse regressado também a Igreja Católica!
- Um provérbio tsonga parece esclarecer essa aparente contradição: “A ku longoloka ndlela a hi xiwohno” – “ir pelo mesmo caminho não significa identidade de propósitos”. Estamos, pois, conversados.

Competidores de um mesmo espaço

- Precisamente por causa dessa mesma não identidade de propósitos, ainda que juntos no mesmo terreno – Moçambique – e competindo pela mesma clientela – o homem ou mulher natural ou habitante desse mesmo espaço, é que Igreja e Estado e Estado e Igreja em Moçambique têm tido, evolutivamente, ao longo dos últimos 519 anos, estádios diferenciados de gestão do seu relacionamento.

Amores, humores e arrufos

- E isto tanto foi ontem, na noite colonial, quanto hoje, no Moçambique independente dos nossos dias. Com efeito, a História regista:
- momentos de quase absoluta fusão entre a Igreja e o Estado;
- momentos de arrufos institucionais, com zangas e recíproca animosidade entre os Homens que geriam uma ou outra das duas instituições, do que destas entre si;

Como tem decorrido a relação Igreja Católica/Estado no nosso País, ontem e hoje?

- momentos de reaproximação e maximização da exploração de sinergias;
- e momentos de aproveitamento, ruidoso ou silencioso, de uma das instituições por outra e vice-versa.

Espírito de cruzada

- Os clérigos que corporizaram a entrada da Igreja Católica em Moçambique e a implantação das suas actividades no território, estavam subordinados à Ordem de Cristo, adjudicatária da expansão ultramarina portuguesa.
- Esta revestia a forma de cruzada.
- Para a concretizar, sucessivos Papas haviam outorgado a Portugal o instituto jurídico do Padroado, por via do qual o soberano português tinha o monopólio da evangelização das terras a que chegassem.

Caracterizando

- Ao mesmo tempo, que detinham esse monopólio, estavam também autorizados a ***“invadir, conquistar, combater e submeter a todos os sarracenos, pagãos e outros inimigos de Cristo, em toda a parte onde estejam, a apoderar-se dos seus reinos, ducados e principados, senhorios, bens móveis e imóveis e a reduzir as suas pessoas a perpétua escravidão”*** – isto concedeu o Papa Nicolau V, pela sua Bula “Dum diversas”, de 18.06.1452.

A Cruz e a Espada, como casamento contra natura

- Era, pois, este o contexto vigente em 1498, e já então estava em voga a doutrina da dilatação da Fé e do Império, feita, obviamente, através do binómio “Cruz e Espada”, que vigorou nos Séculos XV a XIX.
- E tanto foi assim que a penetração dos missionários Portugueses, pelo Vale do Zambeze adentro, se ressentiu deste “casamento” contra natura.
- Que o diga Dom Gonçalo da Silveira, cuja morte, ainda hoje, suscita apaixonados debates sobre se ele seria um mártir da fé católica ou um espião mal sucedido.

Ventos semeados, tempestades colhidas

- É que, aí, o Estado já era outro, o do Monomotapa, e este não reconhecia o Padroado Português, de cujo clausulado não era signatário e nem reconhecia o Papa, mesmo depois de Inocêncio III (1198-2016) ter declarado que fora colocado por Deus acima dos reis da terra, pelo que nada do que se passasse no Universo poderia escapar à sua vigilância!
- Foi também consequência dessa doutrina da difusão da Fé e do Império, via “Cruz e Espada” que, por sua vez, Changamire, vitorioso, não se deu ao trabalho de investigar quem era quem, entre missionários, de um lado, e políticos e militares portugueses, por outro, correndo, sumariamente, do seu reino com todos os Portugueses.
- Eis, pois, as consequências dessa política, em momento de quase absoluta fusão entre a Igreja e o Estado;

Momentos de zanga

- Mantendo-se, embora essa quase total identificação entre a Igreja Católica e o Estado, momentos houve de acrimónia entre as pessoas que geriam uma e outra daquelas instituições, tendo o Estado forçado a barra.
- Vimos isso em 1759, quando o Primeiro Ministro Marquês de Pombal, incomodado com o prestígio dos Jesuítas se decidiu a correr com eles de Portugal e colónias. Então, deixaram Moçambique cerca de duas dezenas de missionários.
- O mesmo aconteceu em 1834, quando o campeão do ódio jacobínico dessa época, Joaquim António de Aguiar, expulsou do território português as Ordens Religiosas. Então, os Dominicanos e os Irmãos de São João de Deus deixaram Moçambique.

Estilhaços resultantes da zanga

- As ondas de choque desse terramoto também atingiram Moçambique, com a retirada de perto de três dezenas de Religiosos.
- Tanto em 1759, quanto em 1834, e tal como diz um adágio português, foram-se os dedos, mas ficaram-se os anéis:
- A Igreja Católica manteve-se em Moçambique, nessas difíceis circunstâncias, fragilizada, embora, no número dos seus obreiros, reduzidos a apenas 6 Padres Diocesanos de Goa, todos no litoral e nenhum no interior, e no abandono de numerosas obras, por um lado, e de numerosos fiéis que, rapidamente, foram absorvidos por outras formas de viver, não consentâneas com a fé que, um dia, haviam abraçado.

Reaproximação das partes desavindas

- Mas lá se diz que, “ o Homem põe e Deus dispõe”. Com efeito, expulsos os Frades em 1834, logo no início da década 50 desse século começa a corrida pela África, da parte das futuras potências coloniais em África.
- E quem a faz são, precisamente, missionários, a quem interessa, pois, assegurar lugar para os seus países de origem: entram em cena Livingstone, Stanley, Brazza, Speke, Burton, Grant, Baker e Cecil Rhodes.
- Era a globalização desse momento, perante a qual nenhuma potência se poderia alhear. Portugal, que até aí em vão invocava pretensos direitos históricos, acorda e envia, por sua vez, Silva Porto, Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Augusto Cardoso.

Hosi Katekisa África

- E precisamente porque de globalização se tratava, surgem os conflitos, com os mais fortes a se imporem aos mais fracos.
- Isto feito regra e multiplicado, gerou numerosos conflitos, até que as futuras potências coloniais organizam um encontro internacional, visando regular a questão.
- Estamos a falar da tristemente célebre Conferência de Berlim, na qual se fez a partilha de África pelas potências europeias, atentando, da forma mais grosseira, contra os mais elementares direitos dos Povos e dos Estados e Nações africanos.

Toque a rebate

- De entre outras coisas, e para o assunto de que estamos a falar, aí se tenha definido o princípio da livre missionação, para todas as nações e credos.
- É, pois, assim que entram, pela primeira vez, em Moçambique outros credos cristãos não católicos, fragilizando, pois, a força do Padroado Português.
- É diante desta realidade que os jacobinos portugueses põem de lado toda a animosidade contra as Ordens Religiosas e abrem espaço ao regresso das mesmas, a partir da década 80 do Século XIX, dessa forma reentrando os Jesuítas, e chegando as Irmãs de São José de Cluny, os Padres Trapistas, as Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria e os Padres Franciscanos, estes últimos todos Portugueses e os anteriores de diferentes nacionalidades.

Missões “nacionais”, por cada cada colonizador

- Um pouco antes, desde 1875, vinham chegando Padres Seculares Portugueses, para os quais o Governo tinha criado um especial estatuto, passando a designarem-se Missionários do Real Padroado. Interessava, agora, ao Governo Português provar à diplomacia internacional a sua ocupação efectiva das Colónias, nomeadamente por via da missionação.
- É quando se começa a falar das Missões Portuguesas, as Católicas, a Missão Suíça, para as Presbiterianas, a Missão Inglesa, para as Anglicanas, a Missão Americana, para as Metodistas e Baptistas. Então, cada uma destas torna-se, de facto, um instrumento de “civilização” e de utilidade imperial para a potência que a suporta.

A reboque de diferendos alheios

- A Igreja Católica é oficialmente protegida, ao abrigo do Real Padroado, sendo as outras, umas vezes só preteridas, outras vezes alvo de suspeições e de sucessivas obstaculizações administrativas, tudo visando dificultar ou, mesmo, inviabilizar as suas actividades.
- É, pois, assim que começam o mal-estar e as recriminações e inimizades entre os diferentes credos, não por causas teológicas, mas por causa das suas ligações a determinados países outros que não Portugal.
- E para este mal estar colonial são arrastados os moçambicanos que, até em família, se olham de soslaio, por causa de este ou aquele membro pertencer a determinado credo.

Miar de gato, pêlo de hiena

- Estamos, portanto, no terceiro momento, o do aproveitamento político da Igreja Católica pelo Estado Colonial Português em Moçambique.
- Nasce, como corolário desse momento, a mentira, ainda hoje repetida até à exaustão, de umas Igrejas que, em Moçambique, desde sempre defenderam a independência nacional e outra que o não fez, porque aliada do status quo.
- Na verdade, os missionários de umas ou de outras eram homens do seu tempo, dos seus países, cujos interesses obviamente os interessavam, defendiam e inculcavam nos moçambicanos, a par do Cristianismo, de uma forma tal que os missionários portugueses não podiam fazer, pois tinham pela frente, no dia a dia, a desmenti-los, todo o aparato repressivo colonial instalado em Moçambique.

Percam-se os princípios, salvem-se as colónias

- Prova provada de como ao Estado interessava aproveitar a Instituição Igreja Católica é que, proclamada a República em Portugal, em 1910, o novo regime ataca em Portugal a Igreja Católica, mas nas colónias apenas corre com os Jesuítas, mantendo incólumes os restantes missionários, aos quais, porém, acena com uma carreira aliciante aos missionários que queiram deixar o serviço missionário das Missões, para integrarem um outro serviço missionário, o do Estado, para o que cria o Instituto das Missões Laicas ou Civilizadoras, quimera mal nascida e logo estiolada e morta.
- Para o lugar dos Jesuítas vieram os Padres Verbitas, alemães, e entraram as Irmãs Espiritanas, austríacas. Estiveram por pouco tempo, pois, com a entrada de Portugal na I Grande Guerra Mundial contra a Alemanha, esses missionários foram internados e deportados. E para que não pudessem voltar, durante a ausência foram acusados de haverem fomentado a revolta do Macombe, no Báruè. Oxalá fosse verdade, porque então tê-los-íamos como tendo sido os primeiros, de todos os missionários, a estimularem o nacionalismo em Moçambique.

Diplomacia capciosa

- A Concordata e o Acordo Missionário, de 7 de Maio de 1940, entre o Governo de Salazar e a Santa Sé, seguido da promulgação do Estatuto Missionário, de 05 de Abril de 1941, a tentar ressarcir a Igreja Católica dos esbulhos da República Portuguesa, proclamada em 1910 e de orientação maçónica, dão especial estatuto jurídico formal à Igreja Católica em Moçambique, por via dos quais se verifica um crescimento sem precedentes das estações missionárias, se concedem isenções fiscais e se subsidiam as suas actividades.
- Em troca, a Igreja Católica deveria aceitar uma série de limitantes cuidadosamente armadilhadas, designadamente:

Enredos da diplomacia

- ❖ o exclusivo do ensino indígena, do qual o Estado, na prática se eximia, com um programa de ensino discriminatório, mais prolongado e de menor qualidade, assegurando, dessa forma, baixas taxas de escolarização;
- a Igreja aceitava ainda algumas intromissões em matérias de foro interno, como:
 - ❖ a divisão eclesiástica;
 - ❖ a nomeação de Bispos residenciais, todos necessariamente portugueses, com vencimentos a nível de Governadores e Aposentação garantida, desse modo colocando-os em situação de conflito moral com os seus sacerdotes, despidos de quaisquer garantias;

Restrições e benesses

- a nomeação de Bispos residenciais e coadjutores (com direito a sucessão), todos necessariamente portugueses, com vencimentos a nível de Governadores e Aposentação garantida, desse modo colocando-os em situação de conflito moral com os seus sacerdotes, despidos de quaisquer garantias;
- Também os Superiores Religiosos e os Reitores das casas de formação deveriam, em princípio, ser portugueses;
- a Igreja aceitava também a objecção, por motivos políticos, à entrada de missionários estrangeiros; e outras limitantes.

Gato por lebre

- E assim, o que, no início, parecia um grande negócio, logo pela década 50 se notava que fora um embuste, quer nos fins que os dois diplomas internacionais diziam pretender assegurar, quer no que à missão e testemunho da Igreja Católica se referia.
- Por esse facto, gradualmente, foram aqueles dois diplomas sendo alvo de contestação, já porque, mesmo em termos materiais, a tal ajuda financeira do Estado Colonial à Igreja Católica nunca fora famosa.

De quem tem mais, o menos de quem tem menos, o mais

- ❖ Basta dizer que, de 1940 a 1974, foram globalmente investidos nas Instituições Católicas de Moçambique 6.122.827.430\$02, para os quais o Estado entrou com 1.522.282.279\$42 contra 4.600.545.160\$60 de poupanças e investimentos dos missionários.
- ❖ Quer dizer, dessa verba global, o Estado entrou com 24,86% e a Igreja com 75,14%!
- Mas mais grave do que a falta ou escassez de verbas, foram os numerosos obstáculos legais e comportamentais dos colonos que mais levaram os missionários católicos, mesmo os mais comprometidos com o poder colonial, a levantar a voz, protestando contra:

Iniquidades gritantes

- ❖ A não integração dos indígenas na Assistência Pública, impedindo, assim, o acesso destes ao ensino secundário;
- ❖ A falta de esquemas de segurança social para os mesmos;
- ❖ A existência de um regime jurídico e judicial claramente discriminatório, em função da cor da pele;
- ❖ as rusgas para o xibalo, sem se observar o tempo prescrito entre uma e outra;
- ❖ a permissividade moral e a promiscuidade sexual dos colonos, que não respeitavam nem idades, nem famílias, nem os internatos femininos das Missões;
- ❖ o trabalho servil ao domingo;
- ❖ as deslocações forçadas de populações para as áreas de cultivo do algodão, etc.

Interrogações face aos Ventos de mudança

- Mais para a frente, na década 60,
 - ❖ o advento da emancipação dos países africanos, com a sua ascensão à Independência;
 - ❖ o crescimento visível das Igrejas do Continente, com Hierarquias nativas, ao lado de bispos missionários;
 - ❖ e a renovação eclesial precedente ao Concílio Ecuménico Vaticano II e a derivada deste,
- tudo isto começou a interrogar seriamente sobre quais seriam ainda as vantagens da Concordata e do Acordo Missionário, pelo menos com o clausulado então vigente.
- A fundação da FRELIMO e o desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional vieram, decididamente, abrir a vista a muitos missionários e a dar espaço a um novo momento, o da descolagem entre a Igreja Católica e o Estado Colonial em Moçambique.

Início da descolagem

- Este novo momento não foi simultâneo, nem unânime, e nem sequer institucional, tendo, em contrapartida, aberto muitas fendas no interior da própria Igreja.
- A nível da Hierarquia, a grande excepção e referência foi Dom Sebastião Soares de Resende, primeiro Bispo da Beira, que denunciou sempre e em voz alta os abusos do poder colonial contra os indígenas e , entre os colonos, os abusos dos grandes contra os pequenos.
- Nessa linha, com ele colaboraram os Missionários de África, mais conhecidos por Padres Brancos, os Padres de Burgos e um grupo de Padres Portugueses seus antigos alunos de Seminário. A todos estes fora ele a chamá-los para a sua Diocese.

Atitudes de demarcação

- Em outras Dioceses, os Missionários e as Missionárias da Consolata também desde há muito souberam marcar posições, demarcando-se do poder colonial e estimulando o crescimento de elites nativas.
- No mesmo estilo, os Missionários Combonianos e, um pouco, os Dehonianos, na Alta Zambézia, e os Capuchinhos no litoral e na Baixa Zambézia.
- Dos restantes grupos missionários, não há notícia: não que se identificassem todos ou plenamente com o status quo colonial, que muitos reprovavam em surdina, mas, simplesmente, que nunca se pronunciaram em voz alta.
- Perderam, desse modo, a oportunidade da descolagem face ao colonialismo, já então moribundo.

Reacções do búfalo ferido

- Essa demarcação custou lágrimas e sangue a muita gente da Igreja.
- Nas Dioceses de Porto Amélia, hoje Pemba, Vila Cabral, hoje Lichinga, Tete e Beira, foram muitos os catequistas e professores presos pela PIDE ou assassinados pela mesma PIDE, por Administradores ou pela tropa, por terem abraçado a causa da justiça, seja na vertente da denúncia de abusos, ou na de subtracção a abusos a potenciais vítimas ou, abertamente, pelo seu engajamento nacionalista, a partir das respectivas Missões e não poucas vezes com o conhecimento dos missionários.

O preço da coerência

- Na mesma linha de assassinatos, deve ser incluído como vítima o terceiro Bispo da Beira, Dom Altino Ribeiro de Santana, que, com dez meses de serviço nesse cargo, sucumbiu a um imprevisto enfarte cardíaco, no auge dos problemas causados em 1973 pela PIDE à Diocese da Beira.
- Por outro lado, vários missionários sofreram suspeições, deportações, recusa de entrada ou de regresso do exterior e até prisões.
- O primeiro deportado foi, precisamente, um Missionário da Consolata, o Padre Célio Régoli, preso pela PIDE e expulso de Liqueleva, em 1970.

Deportações massivas

- A ele se seguiram os Padres Brancos, expulsos em bloco, em 1971; Monsenhor António Duarte de Almeida, no mesmo ano; a quase totalidade dos Padres de Burgos, deportados à vez,ere os anos 1972 e 1973, e a Irmã Maria de Carli, em 1973.
- Depois vieram as prisões, dos 2 Padres do Macúti, de 2 Padres de Burgos, e, por fim, a deportação de 11 Padres Combonianos e do Bispo de Nampula, Dom Manuel Vieira Pinto.

Escandaloso silêncio

- Infelizmente, nem assim, apareceu, da parte da CEM - Conferência Episcopal de Moçambique, aquele pronunciamento institucional que se impunha.
- O golpe de estado português do 25 de Abril, 11 dias após a expulsão do Bispo de Nampula e antes de a Conferência Episcopal de Moçambique se pronunciar a propósito, não permitiu a clarificação das águas, no sentido de se saber o que é que a CEM pensava oficialmente sobre esse momento tão delicado e determinante para o futuro da Igreja Católica em Moçambique, na sua relação com o Estado que se via à porta.

Novo ambiente

- Os novos governantes portugueses saídos do 25 de Abril não tinham quaisquer ilusões sobre o fim formal da relação colonial e de todo um quadro jurídico até aí vigente.
- Para isso, trataram de contactar os movimentos emancipalistas dos territórios africanos de sua dominação colonial, para solução do diferendo.

O que vem aí?

- Enquanto isso, todas as camadas sociais procuravam situar-se no “novo Moçambique” que daí adviria.
- Uma destas forças vivas a querer fazê-lo foram os Padres Católicos Moçambicanos, até aí severamente vigiados, abafados e secundarizados no seio dos seus colegas e superiores.
- Reunidos num primeiro encontro no Alvor, em 20 de Junho de 1974, reflectindo sobre o novo momento, acharam por bem enviar uma delegação a Dar-Es-Salam a contactar a Direcção da Frente de Libertação de Moçambique no sentido de saberem em que poderiam ser úteis, no momento que então se vivia.

Correndo atrás do Prejuízo, a prevenir o futuro

- Dois delegados foram enviados, os quais, efectivamente, foram recebidos ao mais alto nível, pela Direcção da Frente de Libertação de Moçambique.
- Levavam consigo algumas perguntas, designadamente sobre qual seria a futura relação entre a Igreja Católica e o futuro Governo.

Diálogo cáustico com o futuro Poder Político para Moçambique: avisos de mau tempo

- A resposta não se fez esperar:
 - ❖ “Só agora é que os nossos camaradas Padres aparecem e falam? Onde é que estavam antes?”
 - ❖ “O que é que têm feito pelo Povo Moçambicano, oprimido e explorado pelo colonialismo?”
 - ❖ “Quanto às futuras relações entre a Igreja e o Estado, o Povo é que vai responder e dizer o que pensa sobre isso, tanto mais que o passado da Igreja em Moçambique não é tão positivo como era de desejar. Na própria História da FRELIMO, a experiência que até agora temos tido dos membros da Igreja não é positiva”.

Diálogo cáustico com o futuro Poder Político para Moçambique: é bom não esquecer

- ❖ “Queremos, porém, desde já, prevenir os camaradas que não pensem que a Igreja Católica continuará a ter uma posição de privilégio, como tem tido até agora”
- ❖ “Não esconderemos que à Igreja Católica coube, desde o início da expansão colonial, a missão de dar, através da Cruz, a cobertura espiritual que a férrea dominação da espada necessitava, a fim de subjugar os espíritos e adormecer as consciências. O estado colonial e a Igreja Católica deram-se as mãos, estabeleceram acordos e pactos tais como a Concordata e o Acordo Missionário, que fizeram da Igreja Católica um instrumento de portugalização e despersonalização do nosso Povo. Esta é uma dura e triste realidade, que nenhum homem honesto poderá negar”.

Diálogo cáustico com o futuro
Poder Político para Moçambique:
Homenagem às excepções

- “Saudamos, neste momento, a memória de Dom Sebastião Soares de Resende, de Dom Altino Ribeiro de Santana, assim como o testemunho corajoso de Dom Manuel Vieira Pinto, dos Padres Brancos, dos Padres de Burgos, dos Padres Combonianos, dos Padres dos Sagrados Corações e outros que estiveram, sem desfalecimento, ao lado do Povo Moçambicano, nos momentos difíceis da sua História”.
- “Saudamos também aqueles que anonimamente combateram no sentido da verdade e da justiça”.

Dos tempos da Igreja Portuguesa em Moçambique
aos de uma Igreja Local de Moçambique

LANÇAMENTO DE RAÍZES DE UMA IGREJA LOCAL E INÍCIO DO PROCESSO DE PURIFICAÇÃO

De “Negros” a Moçambicanos

- O encontro de 20 de Junho na Manhiça e a delegação aí mandatada ao encontro com a Direcção da Frente de Libertação de Moçambique identificava-se como de “Padres Negros Moçambicanos”.
- Regressada de Dar-Es-Salam convocou um plenário dos mandantes, a que se juntaram os Religiosos e Religiosas (Irmãos e Irmãs) Negros, que se realizou em Guiúá, Inhambane, e no qual compareceu a saudá-los um enviado do Papa.
- Iam adiantadas as conversações que conduziram aos Acordos de Lusaka e já estava claro que a cor da pele não vinha ao caso: nascia, assim, a USAREMO – União dos Sacerdotes e Religiosos Moçambicanos.

A caminho da Independência Nacional: Moçambicanos na direcção do Estado

- A 07 de Setembro de 1974, foram assinados em Lusaka os Acordos do mesmo nome, reconhecendo o direito do Povo Moçambicano à Independência, marcando-se a data e instalando-se um Governo de Transição, de maioria moçambicana.
- Quase de imediato, começaram a aparecer moçambicanos em lugares outrora monopólio dos Portugueses, batendo muitos destes em retirada, sobretudo após as escaramuças de 07 de Setembro e 21 de Outubro, no último dos quais, gratuitamente, foi assassinado um missionário português.
- Por essa altura já muitos colonos se haviam ido embora ou se preparavam para fazê-lo.

A caminho da Independência Nacional: nasce a Igreja Local, com Bispos e Superiores locais

- Também na Igreja aconteceu o mesmo: primeiros Superiores e Superioras dos Religiosos, e nomeação dos dois primeiros Bispos moçambicanos, para Lourenço Marques e Porto Amélia, cujos antecessores se tinham ido já embora, o primeiro estrondosamente demitido pelo seu apoio incondicional ao regime político deposto.
- Os novos responsáveis não vinham substituir os anteriores, mas dar corpo a uma nova realidade de uma Igreja incarnada neste Povo, não num gesto de oportunismo, mas aproveitando os ventos favoráveis que, de há muito se desejavam, mas o ambiente político e religioso hierárquico nunca haviam permitido.

No País Independente: a confrontação e a purificação

- A 23 de Maio de 1975, o Presidente Samora Machel inicia a digressão do Rovuma ao Maputo. É em Marrupa que desfere o primeiro golpe contra a Igreja Católica em Moçambique, expondo todo o seu passado de compromisso com o colonialismo e acenando já com o ateísmo e o anti-teísmo como políticas de Estado, da futura República Popular de Moçambique.
- De aí em diante, e até à chegada a Lourenço Marques, este ponto estará sempre presente. Já na tomada de posse como Chefe de Estado, perante numerosas delegações estrangeiras, este ponto será bem enfatizado.
- Aliás, o artigo 19 da Constituição pontua que, para além de imperar o regime de separação entre as Igrejas e o Estado, a actividade destas deve conformar-se com as leis do Estado.

No País Independente: a confrontação e a purificação

- Um mês depois, vêm as nacionalizações da Terra, da Saúde e da Educação, a que, mais tarde, se associa a dos prédios de rendimento. Todas elas afectam o património da Igreja.
- A forma como foram apossadas, os abusos dos novos encarregados e os discursos já de pendor marxista leninista antiteísta e as primeiras prisões e expulsões de Padres e outros responsáveis da Igreja lançam o pânico, aceleram o êxodo dos missionários, a desistência de Padres e Freiras, moçambicanos e não só, e esvaziam as Igrejas, pois já é factor de risco ser havido como crente.
- Dividem-se as opiniões: há quem lamente o cenário, prevendo para breve o fim da Igreja e da Religiosidade e da Religião em Moçambique, enquanto outros, lamentando os excessos, vêem nestes uma oportunidade de purificação, de aprofundamento da fé e de testemunho evangélico.

A caminho de uma incompreendida pastoral de conjunto

- No ano de 1976, tomam posse mais cinco Bispos moçambicanos, ficando apenas dois Bispos missionários no País. A CEM reestrutura-se e todos os órgãos de direcção da Igreja Católica em Moçambique estão em mãos moçambicanas.
- Torna-se necessário estabelecer uma pastoral nacional de conjunto, atentas as novas circunstâncias. Para isso tem lugar a I Assembleia Nacional de Pastoral, que se realiza em Setembro de 1977, poucos meses depois da realização do III Congresso da FRELIMO, que passa de Frente para Partido de Vanguarda. Este facto leva a ala dura do Partido a identificar a I ANP como uma reacção da Igreja Católica ao referido Congresso.

Confrontação desnecessária

- Em 1978, o Governo manda encerrar a grande maioria dos lugares de culto católicos ainda abertos, refina as intimidações aos crentes e adopta, numa reunião nacional do Departamento de Informação e Propaganda, propositadamente realizada também na Beira, um discurso inflamado contra os pronunciamentos da Hierarquia, alegadamente porque estes representariam a vingança da Igreja à perda das suas regalias e privilégios.
- Nesse mesmo ano, o Conselho de Ministros reúne com os Bispos Católicos, perante os quais lê um extenso chorrilho de acusações de pacotilha, pontuando todos eles o passado indigno da Igreja e lançando acusações de comportamento menos digno de vários clérigos moçambicanos.

O agudizar da tensão

- Esta forma de ser e de estar vai manter-se pelos anos seguintes, agudizando-se na Reunião de Dezembro de 1982, da Direcção do Partido e do Estado com as confissões religiosas, quando o Presidente da CEM ousou falar da necessidade de diálogo “entre todos os moçambicanos”.
- De aí até 1987, a Hierarquia Católica é vista como advogada dos guerrilheiros da Guerra dos 16 anos e há várias medidas retaliatórias.

Desanuviamento e reaproximação

- A realidade da Guerra, porém, e o empenho pessoal do Papa João Paulo II, cuja Visita Pastoral é anunciada para o ano seguinte, vêm desanuviar a tensão e reaproximar as partes desavindas.
- O Estado investe na Visita, ciente dos bons ofícios da Diplomacia do Vaticano, e como forma de captar as simpatias dos Católicos, de de outros cristãos e crentes moçambicanos.

Empenho da Hierarquia Católica no processo de Paz

- A pedido do próprio Governo, o Conselho Cristão de Moçambique e a CEM iniciam contactos múltiplos com as partes e em conflito e, com a ajuda de diferentes parceiros e uma abertura do Chefe de Estado, aberto a “engolir sapos”, chega-se a Santo Egídio, onde a Igreja Católica toma parte na mediação das conversações que conduziram ao AGP.

Aura de prestígio

- Desse processo, a Igreja Católica sai muito prestigiada, o que se reforça com a sua integração no repatriamento e reassentamento de refugiados e de deslocados, bem como pela sua pastoral de reconciliação e de reconstrução.
- As Igrejas voltam a encher, é celebrado um novo Acordo e a Igreja retoma várias iniciativas na área da promoção social, de que é cara mais visível a UCM e tantas mais.

Perigo latente

- Esta aura de prestígio parece ser porta aberta para as tentações de ontem, do ter, mais do que do ser, da opção pelos VIP's, afastando-se dos humildes, do paternalismo patente na Pastoral do Contador de ajudas, na presença e destaque em eventos sociais, políticos e de Estado.
- Qual a saída, o futuro o dirá.
- A alguém ouvi dizer já que só na Escola é que é verdade que a História é aquela ciência social que, estudando o passado, entende o presente e cria o conhecimento para um amanhã melhor, porquanto, segundo o mesmo, a vida ensina que a História é, sim, aquele ramo da Ciência que nos prova que os Homens, ciclicamente, cometem os mesmos erros.

Concluindo

- Não sei se tal asserção é, ou não, verdadeira, ainda menos no que a esta nossa conversa se refere
- Sei, é, que, nos 519 anos da sua presença em Moçambique, a Igreja católica tem conhecido momentos vários, na sua relação com o Poder Político, em função dos quais, quanto a mim, brilhará mais quanto menos se deixar afagar por esse Poder.

Concluindo

- Que a Igreja Católica em Moçambique se deixe apagar pelo Poder Político, para se deixar afagar pelos Pobres, pois é o próprio Cristo quem, em Lc 4, 18-19, assim situa sua missão:
- ❖ "anunciar a Boa Nova aos Pobres, proclamar a libertação aos cativos, a recuperação da vista aos cegos, a mandar em liberdade os oprimidos e a proclamar um ano favorável da parte do Senhor".
- Assim o entenda a minha Igreja, neste meu País, para que, de verdade, seja, também aqui, a Luz dos Povos e o sacramento Universal de Salvação e não a muleta de que os gestores do Estado se possam, hoje, servir, como outros o fizeram ontem.
- Extrapolei: não pretendo converter ninguém. Falei do que me vai na alma. Muito obrigado pela vossa atenção.